

Diário do Legislativo de 14/10/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PTB-PMN-PR)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Franco	Inácio BPS
Deputado Abramo	Gilberto PMDB-PT-PCdoB
Deputado Sawan	Fahim BSD
Deputado Torres	Mauri BSD
Deputado Borges	Wander BPS
Deputado Quintão	André PMDB-PT-PCdoB
Deputado Alves	Delvito BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
-----------------------------------	---------------	------------

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Paulo Guedes

Deputado BSD
Ademir Lucas

Deputado BPS
Wander Borges

Deputado PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir PMDB-PT-PCdoB
Paraca

Deputada Maria PMDB-PT-PCdoB
Tereza Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo Ribeiro Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BSD
Ronaldo Magalhães

Deputado BPS
Sebastião Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto Abramo

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Malheiros Délio BPS

Deputado Moreira Célio BSD

Deputado Moreira Neider BPS

Deputado Quintão André PMDB-PT-PCdoB

Deputado Júlio Antônio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Valadares Gustavo DEM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BPS Presidente

Deputado Juninho Araújo BSD Vice-Presidente

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PCdoB

Deputado Paulo Guedes PMDB-PT-PCdoB

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Veneroso Rômulo BPS

Deputado Sávio Domingos BSD

Deputado Miranda Vanderlei PMDB-PT-PCdoB

Deputado PDT

Deputado Fabiano Dimas PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB-PT-PCdoB Presidente

Deputado BPS Vice-Presidente
Délio
Malheiros

Deputado BSD
Walter
Tosta

Deputado DEM

Deputado PP
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval
Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei
Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PT
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PMDB-PT-PCdoB
Abramo

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente
Deiró
Marra

Deputado BSD
Dalmo
Ribeiro

Deputada BPS
Gláucia
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PCdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro
Lessa

Deputado BSD
Lafayette
de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Juarez
Távora

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PMDB-PT-PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB-PT-PCdoB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio
Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado BSD
Irani
Barbosa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir
Paraca

Deputado PP
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BSD
Rêmolo
Aloise

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Tiago
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
André
Quintão

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BSD
João Leite

Deputado BSD
Duarte
Bechir

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PP Presidente
Vanderlei
Jangrossi

Deputado BPS Vice-Presidente
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado BSD
Domingos
Sávio

Deputado BPS
Chico Uejo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Braulio
Braz

Deputado BSD Vice-Presidente
Ronaldo
Magalhães

Deputada BSD
Ana Maria
Resende

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto
Abramo

Deputado PP
Dimas
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Mauri BSD
Torres

Deputado Antônio PMDB-PT-PCdoB
Júlio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado PDT

Deputado Rêmoló BSD
Aloise

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria
Tereza
Lara

Deputado BPS
Rômulo
Veneroso

Deputado PDT
Tenente
Lúcio

Deputado PP
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PCdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Rosângela
Reis

Deputado BSD Vice-Presidente
Walter Tosta

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Ívair
Nogueira

Deputado DEM
Elmiro
Nascimento

Deputada PMDB-PT-PCdoB
Cecília
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma BPS
Diniz

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Getúlio PMDB-PT-PCdoB
Neiva

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado André PMDB-PT-PCdoB
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BPS Vice-Presidente
Djalma
Diniz

Deputado BSD
Irani
Barbosa

Deputado BSD
Rêmolo
Aloise

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever
Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Tenente
Lúcio

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BPS
Fábio
Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT
Silveira Jr.

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião
Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado BSD
Luiz
Humberto
Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Gilberto
Abramo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado DEM
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Fahim BSD

Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PcdoB

Deputado
Ângelo Durval PMDB-PT-PcdoB

Deputado
Fabiano Dimas DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATA

2.1 - 73ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

3 - MATÉRIA VOTADA

3.1 - Plenário

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

5.2 - Comissões

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Ademir Lucas Gomes (PSDB)

* Ademir Lucas

Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)

* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

Almir Paraca Cristovão Cardoso (PT)

* Almir Paraca

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

* Ana Maria Resende

André Quintão Silva (PT)

* André Quintão

Antônio Carlos Arantes (PSC)

* Antônio Carlos Arantes

Antônio Genaro Oliveira (PSC)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Antônio Rinaldo Valério (PSL)

* Doutor Rinaldo

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Braulio José Tanus Braz (PTB)

* Braulio Braz

Carlos Eduardo Venturelli Mosconi (PSDB)

* Carlos Mosconi

Carlos Gomes Sampaio de Freitas

* Carlos Gomes (PT)

Carlos Magno de Moura Soares (PCdoB)

* Carlin Moura

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PSDB)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Deiró Moreira Marra (PR)

* Deiró Marra

Délio de Jesus Malheiros (PV)

* Délio Malheiros

Delvito Alves da Silva Filho (PTB)

* Delvito Alves

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PSDB)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PPS)

* Djalma Diniz

Domingos Sávio Campos Resende (PSDB)

* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edy Araújo Júnior (PTB)

* Juninho Araújo

Elmiro Alves do Nascimento (DEM)

* Elmiro Nascimento

Eros Ferreira Biondini (PTB)

* Eros Biondini

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PSC)

* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

* Fahim Sawan

Francisco Takeshi de Souza Uejo (PSB)

* Chico Uejo

Getulio Afonso Porto Neiva (PMDB)

* Getúlio Neiva

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (DEM)

* Gustavo Valadares

Hely Tarquínio (PV)

* Hely Tarquínio

Inácio Franco (PV)

* Inácio Franco

Irani Vieira Barbosa (PSDB)

* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (DEM)

* Jayro Lessa

João Carlos Siqueira (PT)

* Padre João

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

José Alves Viana (DEM)

* Doutor Viana

José de Freitas Maia (PSDB)

* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Perrella de Oliveira Costa (PDT)

* Zezé Perrella

Juarez Távora de Freitas Júnior (PV)

* Juarez Távora

Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PSDB)

* Lafayette de Andrada

Leonardo Fernandes Moreira (PSDB)

* Leonardo Moreira

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Savio de Souza Cruz (PMDB)

* Sávio Souza Cruz

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

* Cecília Ferramenta

Maria Gláucia Costa Brandão (PPS)

* Gláucia Brandão

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Nacib Duarte Bechir (PMN)

* Duarte Bechir

Neider Moreira de Faria (PPS)

* Neider Moreira

Paulo José Carlos Guedes (PT)

* Paulo Guedes

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

* Pinduca Ferreira

Rêmolo Aloise (PSDB)

* Rêmolo Aloise

Romulo Victor Pinheiro Veneroso (PV)

* Rômulo Veneroso

Ronaldo Lage Magalhães (PSDB)

* Ronaldo Magalhães

Ronaldo João da Silva (PDT)

* Doutor Ronaldo

Rosângela de Oliveira Campos Reis (PV)

* Rosângela Reis

Ruy Adriano Borges Muniz (DEM)

* Ruy Muniz

Sebastião Costa da Silva (PPS)

* Sebastião Costa

Sérgio Lúcio de Almeida (PDT)

* Tenente Lúcio

Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)

* Tiago Ulisses

Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)

* Vanderlei Miranda

Vanderlei Ricardo Jangrossi(PP)

* Vanderlei Jangrossi

Walter da Rocha Tosta (PMN)

* Walter Tosta

Wander José Goddard Borges (PSB)

* Wander Borges

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

* Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

* Weliton Prado

Em 13/10/2009

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATA

ATA DA 73ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/10/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Inexistência de quórum para votação - 2ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Padre João; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; prejudicialidade do requerimento - Questões de Ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a continuação dos trabalhos.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Tendo em vista entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das demais matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum para votação. Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.679/2009 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Antônio Júlio - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 28 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência torna a votação sem efeito e declara prejudicado o requerimento de inversão de pauta do Deputado Padre João.

Questões de Ordem

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, realizamos hoje em Montes Claros uma audiência pública para tratar de esporte, juventude e adolescência. Tanto eu quanto o Deputado Carlin Moura fizemos um esforço muito grande para sair de Montes Claros e assistir a esta reunião, e isso tem sido constante. Nós moramos e temos domicílio eleitoral longe de Belo Horizonte, mas, pelo quadro de presença, o senhor pode constatar que estamos sempre aqui nas reuniões ordinárias e extraordinárias, tentando dar vazão à pauta. Mas temos notado, infelizmente, que ela não anda. Quero dizer a V. Exa. que, da forma como estão sendo convocadas, essas reuniões extraordinárias estão sendo até motivo de chacota da Assembleia Legislativa diante da imprensa e da opinião pública. Assim sendo, eu pediria a V. Exa. que, se não houver quórum, encerre esta reunião, desconvoque as reuniões extraordinárias que estão sendo convocadas e convoque uma reunião do Colégio de Líderes, para saber se a Casa vai andar. Se não for, não é justo que se sacrifique principalmente aqueles Deputados que moram mais longe, mas que têm sido presença constante na Casa. Entendo que este parlamento é a casa do diálogo, mas nem ele está prosperando. Estamos convocando repetitivamente as reuniões extraordinárias, que não estão surtindo nenhum efeito, não estão gerando fruto algum. O pedido que faço a V. Exa. é que encerre de plano esta reunião, desconvoque as reuniões extraordinárias que estão convocadas daqui para a frente e que possamos tentar ajustar a questão no Colégio de Líderes. Não é justo que alguns parlamentares se sacrifiquem e, quando comparecem às reuniões extraordinárias, as coisas não andam, e esta Casa não pode continuar com a imagem que está tendo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao colega Carlos Pimenta que, na reunião extraordinária da última terça-feira, chegamos a votar 17 projetos de lei, é questão de entendimento. Nem sempre é da maneira que V. Exa. explica. Esta é a Casa do entendimento e, quando ele não acontece, realmente o processo se interrompe, e é regimental. Apesar do pedido do colega Carlos Pimenta e percebendo que há número regimental, vamos dar sequência aos trabalhos.

O Deputado Weliton Prado - Gostaria de agradecer e parabenizar o Deputado Doutor Viana pela condução dos trabalhos. Falando em encerramento, encerramento mesmo é o da energia elétrica, o povo não aguenta mais. Não pode ter nem um ventinho, que nem chuva é, que a energia cai. O Deputado Durval Ângelo já mencionou que só hoje foram três vezes, inclusive nesta região e na Assembleia Legislativa na parte da tarde. É um problema muito sério. Tivemos uma audiência pública no período da manhã, quando essa questão foi discutida, e o povo não aguenta mais. Paga uma das tarifas de energia mais caras não só do Brasil como de todo o mundo, mas, infelizmente, não há qualidade. Para onde está indo o dinheiro? Cadê a manutenção? Cadê investimento no ser humano, no pessoal? Isso não acontece, é um apagão. Há mais ou menos uma semana quase 2 milhões de pessoas ficaram sem energia elétrica na região metropolitana. Imaginem lá no interior, nos grotões, nos distritos, na zona rural: a população chega a ficar mais de 200 horas sem energia. As pessoas perdem leite, medicamentos que dependem da geladeira, como a insulina, correndo risco até de perderem a vida. O hospital para, o trânsito vira um caos danado, a Justiça para e fica sem condições de julgar os processos, enfim, para tudo. A nossa preocupação, portanto, é muito grande. Cemig, invista nas redes, invista no ser humano e tenha dó do povo que paga uma tarifa muito cara. Falando em Cemig, tivemos mais uma vitória. Está aqui, no jornal "O Tempo" de hoje: "Cemig não pode cortar luz se medidor tiver problema - Liminar proíbe também cobrar do consumidor antes de apurar os fatos". Essa é mais outra grande vitória dos consumidores do Estado de Minas Gerais. Havia uma maldade imensa. Ontem visitei uma lanchonete no Bairro Brasil da cidade de Uberlândia e fiquei com dó de um comerciante que recebeu uma conta de R\$41.000,00 porque a Cemig alegou que ele estava com um problema no lacre. A empresa não aceitou conversa, mandou o talão e pronto. Se ele não pagar, eles cortam a luz. E como a pessoa faz com seu negócio? Essa liminar justamente proíbe isso: "Cemig não pode cortar luz se medidor tiver problema - Liminar proíbe também cobrar do consumidor antes de apurar os fatos". Agora quem vai ter que provar algo é a Cemig. Essa é uma grande vitória, e queria parabenizar a Defensoria Pública. Já estamos lutando contra isso há mais de dois anos, tendo acionado até a própria Defensoria Pública, levando-lhe vários casos. Esse órgão entrou com a ação, e tivemos essa vitória. Ficamos muito felizes. Queria parabenizar o Defensor Público Marcelo Ribeiro que informou: "a Cemig está proibida de cortar a luz do consumidor que está com o medidor de energia elétrica sem o lacre ou com alguma irregularidade". Às vezes, o cidadão não tem culpa alguma e está com problemas no medidor da Cemig, que o acusa de ter cometido uma fraude, uma irregularidade e estabelece a multa que quer. Nesse caso, ela está fazendo o papel de Juiz, de Promotor e já julga sem o direito à defesa. E o cidadão é obrigado a pagar o valor que a Cemig pediu, sem choro, pois, se não o fizer, tem sua energia cortada, o que é uma grande injustiça. Por isso, ficamos muito felizes com a decisão de a empresa não poder cortar mais a luz, se o medidor estiver com problema. Se houver "gato", ou o cidadão cometer alguma irregularidade, aí, sim, a Cemig poderá processá-lo. Não estamos defendendo o errado não, a pessoa deve pagar por seu erro, mas os inocentes não podem pagar pelos pecadores, e muita gente de bem está sendo injustiçada. Fico muito feliz. Queria parabenizar também a Juíza Federal Rosilene Maria Clemente, da 13ª Vara da Justiça Federal, que concedeu a liminar para proibir que a Cemig corte a luz se houver algum problema no medidor. Mais uma vez, queria agradecer a todos que estão colaborando com a caravana contra as tarifas abusivas da Copasa. As ações continuam, com muita força. Estamos indo a dezenas e dezenas de Municípios do Estado, conversando com o povo, entrando com ações na Justiça, e, neste ano, podemos comemorar, pois foi o primeiro, de toda a história da Copasa, em que a conta de água não teve aumento. Realmente comemoramos esse fato e queremos agradecer a todos, entidades, Vereadores, enfim, a todos que contribuem de uma forma ou de outra.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, gostaria de destacar e deixar bem claro para quem nos acompanha, sobretudo para o Deputado Carlos Pimenta, que disse que não existe interlocução para a votação, que estamos aqui para votar. Estão presentes 80% da Bancada aqui para votar. O projeto a ser votado, que é indicação feita pelo Governador para compor a agência reguladora de água e esgoto, precisa de quórum de 39 Deputados, e temos apenas 28 presentes. Por isso quero deixar bem claro que não é a Oposição que está amarrando a votação; a base do governo é que está dificultando, pois são eles que não estão presentes. Cabe à Liderança do governo e à Presidência desta Casa tomarem as providências devidas. Estamos aqui para votar e queremos votar. Entramos, sim, em processo de obstrução em relação ao projeto do Governador, pedindo esclarecimento sobre a destinação dos recursos do empréstimo - mais de R\$1.000.000.000,00 -, e esperamos obter resposta amanhã. Mesmo assim, acordamos com os Líderes e o governo em votar os projetos dos Deputados, e estamos aqui dispostos a isso. A obstrução ocorreu porque houve demanda do programa Luz para Todos em mais de 120 mil ligações, mas a Cemig licitou apenas 56 mil, e a ordem de serviço dada por essa empresa foi de apenas 23 mil ligações. Se o programa tem o nome de Luz para Todos, queremos a universalização da energia elétrica, o que significa licitar mais 70 mil ligações. É isso que queremos; é o que pedimos e já foi sinalizado pelo Presidente da Cemig. Outro ponto que gostaria de abordar aqui é um verdadeiro escândalo: enquanto o governo federal investe na agricultura familiar, o governo do Estado retira o dinheiro do agricultor familiar. É importante o telespectador estar atento a isso. Em um programa do governo federal chamado Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, o governo federal compra os produtos da agricultura familiar e o dinheiro é depositado na conta da associação. No caso de 20 agricultores que vendem para o governo, cada um pode vender em torno de

R\$4.500,00, o que corresponde a um valor de mais de R\$90.000,00. Esse valor é depositado na conta da associação dos agricultores, um dinheiro do governo federal. E dos R\$90.000,00, o governo do Estado tira em torno de R\$15.000,00 de ICMS. É isso que discutimos; essa é a razão da obstrução. É absurdo esta Casa dar isenção de ICMS para vários itens, na linha de telecomunicações ou de equipamentos para construção de hidrelétrica. Na época, havia acordo do relator Deputado Jayro Lessa de nos ajudar. Porém já se passaram dois anos e os agricultores familiares continuam penalizados com uma alíquota de 18%, 12% ou 7%. Num processo de obstrução, entendemos que, de acordo com a convocação, votariamos em alguns projetos dos Deputados, por isso viemos aqui e permanecemos para votar. Deputado Carlos Pimenta, a Oposição não está dificultando a votação. Queremos votar, mas, para isso, tem de haver quórum. Aliás, a votação é secreta, por isso precisaríamos de 39 Deputados presentes, e o painel foi claro ao demonstrar apenas 28. Portanto, Sr. Presidente, são essas as minhas considerações. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é interessante alguém questionar que não queremos votar. Se o PMDB e o PT juntos não estiverem presentes, não se vota nada, porque a base de governo não tem vindo à Assembleia. Eles estão lá, buscando recursos do governo, e já estão fazendo campanha. Eu disse para o Líder do Governo que essa lógica tem de mudar, porque o grupo de Deputados presentes nesta Casa, na hora da votação, é o mesmo. Estamos na comissão e estamos trabalhando aqui. Não é justo jogar em cima da Oposição a não votação. O Padre João levanta essa questão do ICMS que é cobrado do agricultor familiar, mas, há dois anos, estamos discutindo isso. Há dois anos, houve reunião na Assembleia, e a Secretaria de Fazenda também achou absurdo, mas não mudou. Continua cobrando 18% de ICMS em cima dos produtos da agricultura familiar. O mais grave é que estão ficando fora do negócio, porque, no supermercado, consegue-se o produto mais barato. Então, se obstruímos a votação às vezes, é para discutir essas coisas. Há 15 dias, discutimos a questão ambiental, Padre João. Hoje aconteceu outro fato bastante interessante. A Prefeitura de Papagaios, atendendo apelo do governo em relação à coleta seletiva, fez grande mutirão na cidade, em que fizeram a coleta seletiva do lixo e levaram-no para o barracão que estão organizando. Isso a pedido do governo, da Feam. Quando estavam lá, com tudo organizado, chegou um fiscal da Feam e multou a Prefeitura em R\$100.000,00 e interditou a coleta de lixo. Ora, isso é fantástico! Esse é o governo que queremos, o governo que dá exemplo. O governo faz a propaganda, mas não dá, proíbem a coleta seletiva do lixo e ainda multam a Prefeitura porque estava fazendo a coleta seletiva. Olhe, Doutor Viana, há algo errado. Ou o governo tem de acordar ou, dentro do governo, há esquema para derrubar o próprio governo. Isso é comum em final de governo. Na época do Governador Eduardo Azeredo, a Secretaria de Fazenda ajudou a derrotá-lo. Só ele e a turma que ficava rodeando-o não viam. Isso também está acontecendo com a questão ambiental em Minas. Isso foi ontem e revolta qualquer um. O Prefeito está revoltado, tentando resolver a questão ambiental. Aí a Feam diz que não pode, enquanto não tiver a licença definitiva de um pedaço da Prefeitura, e multa o Prefeito em R\$10.000,00. Acho que esse pessoal passou a brincar. Deputado Carlin Moura, quando digo que não existe em Minas Gerais preocupação alguma com a preservação ambiental, algumas pessoas reclamam. O que preocupa os órgãos ambientais de Minas é a arrecadação. Isso vai explodir; uma hora vai haver levante no interior para enfrentar os órgãos ambientais. O que aconteceu em Papagaios foi um dos maiores absurdos de que se possa tomar conhecimento. Mais um; foi ontem. Vou repetir: o Prefeito, atendendo pedido dos órgãos ambientais, fez a coleta de lixo, limpou a cidade e foi multado em R\$10.000,00 porque limpou a cidade. Será que esse fiscal da Feam queria que ele pegasse o lixo e trouxesse para o governo? Se eu fosse o Prefeito, colocaria o lixo no caminho e jogaria dentro da Feam ou dentro do Palácio. É a única forma de impedir o governo de continuar agindo dessa maneira absurda, de tentar a arrecadação inclusive contra órgãos públicos. É a Prefeitura. Sr. Presidente, ficamos revoltados. Quando vemos a discussão da Cemig, ela tem de mostrar para o povo de Minas o que está acontecendo. Nem pode armar chuva que ficamos sem energia elétrica. É preciso que a Cemig e o governo deem resposta ao povo de Minas. Perdeu-se o sentido, o rumo. Os Deputados aqui querem lamentar, e outros querem questionar aqueles que aqui estão. Até penso que devem ser canceladas as reuniões extraordinárias, mas também se deve fazer publicação da lista de todos os Deputados presentes na reunião. Que seja publicada, todos os dias, a lista de quem estava e de quem não estava, acabando com esse jogo de demagogia em cima daqueles que estão presentes. Esse é meu pronunciamento. Precisamos voltar a discutir a questão ambiental em Minas. Amanhã apresentarei a documentação do absurdo acontecido na cidade de Papagaios. Obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, a Cemig é um patrimônio do povo mineiro como também é a Petrobras. O Djalma tem de começar a olhar isso. Mas o que me preocupa é o Deputado Weliton Prado, conseguindo reduzir as tarifas. Estou mandando um recado direto para a Gasmig - o Márcio está lá -, um recado direto para a Cemig - alô, Djalma. Tenho certeza de que o Bandeira está gravando esse final de sessão, está nos assistindo, e, amanhã, dará ciência ao Djalma. A Cemig acompanha esta Casa. Na Cemig, todos os nossos trabalhos são acompanhados. Todos os requerimentos e outras ações são respondidos. E aqui vai a minha preocupação. Há oito anos, lutamos contra o abuso do gás mais caro do Brasil, que é o da Gasmig. Gasmig do governo de Minas Gerais, Gasmig que fez vários proprietários de veículos implantar o gás natural. Mas tem o gás mais caro do Brasil. Está sendo feito um levantamento pelo Deputado Weliton Prado. (- Palavras expungidas por determinação do Sr. Presidente.) Tenho a certeza de que conseguirá reduzir o preço do gás natural. Ele é candidato a Deputado Federal, e estou muito tranquilo porque um trabalho que fazemos, há anos, será agora, por meio da Oposição, reconhecido. Fica aqui o recado à Gasmig: estamos, até então, pedindo, solicitando, mostrando a necessidade, e isso não resolve o caso, Sr. Presidente. Portanto, no próximo mês, impetramos ação popular em nome de todos os proprietários de veículos abastecidos com gás natural para reaverem seus prejuízos. Falava, aqui, Deputado Durval Ângelo, sobre o problema das maquininhas naquela época. E dizia que o Ministério Público acabaria com as máquinas, o governo pararia de arrecadar, e eles poderiam entrar na Justiça. Senhoras, senhores, Deputados, a primeira empresa já ganhou agora. O governo do Estado de Minas Gerais, mais precisamente a Loteria do Estado de Minas Gerais, terá de pagar R\$5.700.000,00 aos empresários que investiram, que acreditaram nas máquinas naquele ano. O dinheiro que pagaram referente ao selo está sendo devolvido pela Justiça. São R\$5.700.000,00. E o Ministério Público ajudou. Para finalizar, Sr. Presidente, subimos a esta tribuna, pedimos a atenção do Deputado que me acompanhava na CPI, o Deputado Durval Ângelo, e dissemos que, da maneira como estão sendo legalizados os bingos no Brasil, era um crime para com o apostador, era um crime para com a D. Maria e com o idoso, que frequentam o bingo. A esperteza desses empresários estaria voltando. Falava sobre isso, antes mesmo de a Câmara aprovar nas suas comissões. Usei esta tribuna mais de 10 vezes, este Plenário mais de 20, fui a vários programas de televisão e denunciei a vários jornais. Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebo um recado do Senado que, antes mesmo de ser votada pela Câmara dos Deputados a proposta de legalização dos jogos no Brasil, sua Comissão Parlamentar de Inquérito já está trabalhando contrariamente ao que está acontecendo. O Deputado Durval Ângelo esteve comigo nessa CPI, por força da qual 11 empresários foram para a cadeia, sendo que mostramos a falcatrua daquela máfia. E tudo voltará a acontecer com o projeto de legalização da maneira como está. O alerta foi feito. Em Minas, o Ministério Público receberá R\$20.000,00 por cada casa de bingo instalada em nosso Estado. Aqui serão permitidos, Sr. Presidente, 17 bingos, que, juntos, darão ao Ministério Público R\$340.000,00 por mês. Não falaram nada, estão calados, e o Senado está falando por eles, pelo povo brasileiro. Não podemos aceitar isso. Por que antes lutaram ferrenhamente contra isso e hoje, só porque os R\$20.000,00 estão indo para aquela caixinha que o pessoal diz que há no Ministério Público, ninguém sabe o que está acontecendo, ninguém fala nada? Deixo apelo aos homens do Ministério Público do Estado para realizarmos um manifesto de Minas Gerais contra esse projeto que está para ser aprovado e em relação ao qual o Senado já se mostrou contrário. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, alguns podem até divergir dos posicionamentos defendidos neste Plenário pela Oposição, mas de maneira alguma podem nos tachar de omissos. A Oposição está sempre presente em todas as posições, está sempre defendendo os interesses de Minas, votando a favor do que consideramos importante para o povo mineiro e contra o que consideramos violação dos interesses dos mineiros. Hoje, Sr. Presidente, estive também em Montes Claros, participando do belíssimo seminário de esportes, com grande participação da população e dos Deputados da bancada do Norte. Retornei de lá e estou neste Plenário para, com as Bancadas do PT e do PMDB, ajudar a votar os projetos. Hoje, à tarde, foi realizado aqui belíssimo seminário sobre alternativas à privação de liberdade, conduzido pelo grande Deputado Durval Ângelo, que está presente. O Deputado André Quintão participou da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente e também está presente neste Plenário, assim como os Deputados Weliton Prado e o nosso Líder, Deputado Padre João. Antes de iniciar esta reunião extraordinária, estivemos, com nossa Bancada do PT-PCdoB, durante toda a tarde, discutindo assuntos de alta relevância para o povo de Minas Gerais e, de forma muito especial, para os Municípios mineiros. Comentamos, na reunião da Bancada do PT-PCdoB, que muito se tem reclamado do Presidente Lula no que diz respeito às perdas que os Municípios vêm sofrendo em virtude da crise econômica. O Presidente Lula se comprometeu a fazer a compensação para os Municípios mineiros das perdas decorrentes de 2008 e 2009 e está liberando recursos de R\$1.500.000.000,00. Alguns Prefeitos, de forma justa, informaram que o repasse que o governo federal está fazendo ainda não é suficiente para cobrir a integralidade das perdas. Contudo, o Presidente está repassando esses recursos em parcelas e aumentando o repasse para os Municípios em torno de 8% a 10%. Queremos que aumente ainda mais, mas o Presidente está fazendo a parte dele. O que nos assusta, Sr. Presidente, é o que discutimos na Bancada: em Minas, faz-se o contrário do que faz o Presidente, que está ajudando com o repasse do dinheiro para os Municípios. Em Minas, está-se tirando dinheiro dos Municípios. Por quê? Qual é o caso concreto? O Município de Ipatinga, de forma justa e acertada juridicamente, ganhou ação no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, demonstrando que o Estado fez repasse de ICMS ao

Município. Na época, o grande Prefeito Chico Ferramenta foi defender os interesses de Ipatinga e ganhou uma ação de R\$98.000.000,00, o que foi muito justo. Ele foi eleito, não tomou posse, mas continua sendo um grande líder na cidade. Deveria estar na Prefeitura hoje. O Prefeito Chico Ferramenta está de parabéns. Na hora de pagar, quem deve é o Estado, mas este está querendo jogar a dívida para os Municípios. Enquanto o Presidente Lula está dando dinheiro aos Municípios, o Governador de Minas está tirando em média 6% do ICMS devido a cada Município - na verdade, pouco mais de 700 Municípios, e não os 853, porque os que não existiam em 1992 não sofrem desconto. As cidades estão perdendo em média 6% do repasse do ICMS. Pelo amor de Deus! Vemos uma choradeira justa dos Prefeitos. O Presidente Lula não está conseguindo repassar a integralidade dos recursos, mas não estou vendo Prefeito chorar pelos recursos que o Governador está retirando deles. A Bancada PT-PCdoB está muito preocupada com os Municípios. Queremos resolver isso, queremos garantir, nas negociações dos empréstimos, que os Municípios não percam mais do que estão perdendo. O governo de Minas tem de prestar atenção nisso. A Bancada do PT-PCdoB, agora com o PMDB, vai cobrar de maneira muito firme o dinheiro dos Municípios, que não podem continuar perdendo, como vem ocorrendo, devido à forma como está procedendo o governo do Estado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, não poderia deixar inicialmente de fazer um elogio a V. Exa. pela informação, em nome da verdade, que prestou há pouco aqui no Plenário. Na última terça-feira, foram votados 26 projetos, sem contar que superamos a votação de vetos, que, como sabemos, exigem quórum qualificado e são instrumentos complicadores da pauta. Quero fazer esse registro em relação à sua declaração e, ao mesmo tempo, em relação à sua visão democrática de que o trabalho no parlamento é de peso e contrapeso. É preciso haver diálogo e discussão. Entendemos que isso é fundamental para uma Casa Legislativa. O Regimento estabelece mecanismos que permitem esse diálogo. Não é segredo para ninguém que não se tratou de escolha da Bancada do PT. Temos discutido a necessidade de esclarecimento do empréstimo do governo estadual. A reunião foi marcada para quarta-feira, às 10 horas da manhã. Poderia ter sido marcada para segunda-feira ou para terça-feira, mas o Líder, nosso amigo Mauri Torres, marcou para a quarta-feira, às 10 horas da manhã, posteriormente à reunião da terça-feira e à reunião das 9 horas da quarta-feira. Dessa forma, precisamos ter essa conversa e esse entendimento. Estamos precisando do decreto, da norma a respeito dos pequenos produtores do Estado. Minas Gerais é o Estado em que a agricultura familiar paga o maior imposto do Brasil. Há um ano e meio, já tínhamos acordado que não seria assim. Portanto, esse entendimento é necessário. A meu ver, a correspondência da Cemig, com o Presidente assumindo a extensão do Luz para Todos para mais de 100 mil famílias, deu a garantia, até dizendo que a licitação começa no mês de novembro. Em novembro e dezembro, ele tem que fazer a licitação para que as obras se iniciem em 2010, em função de ser esse o prazo determinado pela agência reguladora da energia elétrica. Assim, não há nada absurdo. Todos sabem que a regra é essa. Não adianta ficar nervosinho. Não adianta dar "piti" e querer vir ao microfone adotar uma postura diferenciada. Essa é a regra que foi estabelecida para o jogo. Sou uma pessoa de diálogo e de entendimento, mas acredito que isso não poderia ser diferente. Gostaria de agradecer à Mesa Diretora. Transmita à Mesa o nosso agradecimento pelo apoio que tivemos no ciclo de debates sobre a questão prisional e sobre outras formas de obter justiça. Nesse evento, contamos com 700 inscritos e 140 entidades. Foi um grande encontro, idealizado pela Subsecretaria de Direitos Humanos e assumido pela Comissão Especial da Execução das Penas no Estado e pelas Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos do Poder Legislativo. Deputado Doutor Viana, nada disso teria acontecido sem o apoio da Mesa Diretora, que provocou o envolvimento dos servidores desta Casa, que garantiram a realização desse grande evento. Se não fossem suspensas, temporariamente, na quinta-feira, as inscrições, que foram reabertas às 11 horas da manhã da sexta-feira e encerradas no mesmo dia à noite, acredito que o número de participantes seria muito maior. Registro o nosso agradecimento à Mesa Diretora. Minas Gerais sai à frente na discussão de um problema grave e de mudanças de paradigmas, que foi a palavra forte e a palavra-chave dita por todos. Hoje urge, a cada momento, a necessidade de assumirmos um posicionamento diferenciado em relação à questão prisional. Agradeço à Mesa Diretora, à assessoria e à consultoria desta Casa o belo encontro. Esta Casa realizou esse evento, e o Poder Legislativo ganha nome.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando as extraordinárias de amanhã, dia 7, às 9 e às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 7, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se reunião.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/10/2009

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: Projetos de Lei nºs 16/2007, do Deputado Eros Biondini; 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 3.351 e 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.441 e 3.442/2009, do Governador do Estado.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/10/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae/MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae/MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae/MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.257, que altera a Lei nº 14.309, de 19/6/2002, e o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 25/1/2007, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.679/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Minas e Energia perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.309/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera o art. 4º da Lei 15.757, de 4/10/2005. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.487/2009, do Deputado Zé Maia, que altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.065, de 22/11/2001. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.398/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os Centros de Formação de Condutores - CFCs - adaptarem seus veículos na forma que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão do Trabalho, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.368/2009, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, nos postos de gasolina, de cartaz com informação do percentual de diferença entre os preços da gasolina e do álcool. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 25ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 14/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.366/2008, do Deputado Fahim Sawan; e 3.586/2009, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.742/2009, do Deputado Ademir Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 23ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 14/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 27ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 14/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta; 3.679/2009, do Governador do Estado; 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.255/2009, do Governador do Estado; 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio; e 3.515/2009, do Deputado André Quintão.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.131/2008, do Deputado Walter Tosta; 3.115/2009, do Deputado Almir Paraca; 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella; e 3.595/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.686/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 25ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 14/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.977/2009, do Deputado Roberto Carvalho; 3.306/2009, do Deputado João Leite; 3.347/2009, da Deputada Cecília Ferramenta; 3.419/2009, do Deputado Mauri Torres; 3.527/2009, do Deputado Tenente Lúcio; 3.538, 3.552 e 3.620/2009, do Governador do Estado; 3.574/2009, da Deputada Ana Maria Resende; 3.584/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.612/2009, do Deputado Getúlio Neiva; 3.618/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.622/2009, do Deputado Wander Borges; 3.623/2009, do Deputado Ronaldo Magalhães; 3.689/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.702/2009, do Deputado Wander Borges.

Requerimentos nºs 4.641/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.657 e 4.658/2009, do Deputado Ademir Lucas; 4.665 e 4.666/2009, do Deputado Eros Biondini; 4.680/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.736/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 14/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.528/2009, do Deputado Carlos Gomes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.400/2009, do Deputado Délio Malheiros, e 3.589/2009, do Deputado Walter Tosta.

Requerimentos nºs 4.517/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.555/2009, do Deputado Jayro Lessa; 4.589/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.599 e 4.600/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.627/2009, do Deputado Doutor Viana; 4.628/2009, do Deputado Walter Tosta;

4.640/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.669/2009, do Deputado Ruy Muniz; 4.675 e 4.676/2009, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; e 4.744 e 4.745/2009, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 14/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.506/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.736/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.342/2009, do Deputado João Leite; 3.678/2009, do Deputado Doutor Rinaldo; 3.684/2009, do Deputado Padre João; 3.686/2009, do Deputado Carlos Gomes; 3.690/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.691/2009, do Deputado Mauri Torres; 3.704/2009, do Deputado Wander Borges; 3.710/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.713/2009, do Deputado Padre João; 3.716/2009, do Deputado Vanderlei Miranda; 3.719/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.721/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.723/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.726/2009, do Deputado Doutor Rinaldo; 3.731/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.733/2009, do Deputado Zezé Perrella; 3.737/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.738 e 3.739/2009, da Deputada Rosângela Reis; e 3.743/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos nºs 4.677/2009, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, e 4.750 e 4.751/2009, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 23ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 14/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: Discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 14/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.668/2009, da Deputada Rosângela Reis; 3.669/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; e 3.746/2009, do Deputado André Quintão; e Requerimentos nºs 4.643/2009, dos Deputados Sávio Souza Cruz e Fábio Avelar; 4.663/2009, do Deputado Célio Moreira; 4.667 e 4.668/2009, da Deputada Gláucia Brandão; 4.746/2009, do Deputado Eros Biondini; 4.747/2009, do Deputado Fábio Avelar; e 4.752/2009, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 29ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 14/10/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.678/2009, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 4.679/2009, do Deputado Ademir Lucas; 4.683/2009, da Comissão de Participação Popular; 4.748/2009, do Deputado Ruy Muniz; e 4.782/2009, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 14/10/2009, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes dos Srs. Octávio Elísio Alves de Brito, Antônio Maurício Fortini e Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae/MG -; e, na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 19.257, que altera a Lei nº 14.309, de 19/6/2002, e o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 25/1/2007; e dos Projetos de Lei nºs 1.309/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera o art. 4º da Lei 15.757, de 4/10/2005; 1.398/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os Centros de Formação de Condutores - CFCs - adaptarem seus veículos na forma que menciona e dá outras providências; 2.962/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica; 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx - e dá outras providências; 3.368/2009, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, nos postos de gasolina, de cartaz com informação do percentual de diferença entre os preços da gasolina e do álcool; 3.487/2009, do Deputado Zé Maia, que altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.065, de 22/11/2001; e 3.679/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird - e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de outubro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/10/2009, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar os Requerimento nºs 4.644, 4.645, 4.646, 4.648, 4.735, 4.737 e 4.740/2009, da Comissão de Direitos Humanos; 4.659/2009, do Deputado Delvito Alves; 4.684, 4.688, 4.691, 4.692, 4.693, 4.696, 4.697, 4.700, 4.701 e 4.702/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2009.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/10/2009, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno sobre as Emendas nºs 3 e 4 apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 3.619/2009, do Governador do Estado; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.729 a 4.731/2009, do Deputado Weliton Prado, 4.732/2009, do Deputado Wander Borges, 4.733/2009, da Comissão de Constituição e Justiça e 4.755/2009, do Deputado Delvito Alves; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2009.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Pré-Sal

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gil Pereira, Dalmo Ribeiro Silva, Almir Paraca e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/10/2009, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/10/2009, às 9 horas, no Centro de Apoio Educacional, no Município de Padre Paraíso, com a finalidade de debater, com a presença dos convidados que menciona, questões relativas à instalação do lixo no Município, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 725/2008

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 725/2008, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina, sugere seja criado, como ação do Projeto Estruturador Lares Geraes, um programa de habitação rural.

Em razão da similaridade temática, por sugerirem alterações em programas que integram a Área de Resultados Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva, do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011, exercício de 2009, foram anexadas à proposição em análise as Propostas de Ação Legislativa nºs 901, 905, 906, 909, 915, 916, 918, 919, 924, 927 a 931, 933, 935, 937, 941, 948, 949, 953, 954, 956, 958, 963, 964, 967, 970 a 974, 1.003, 1.012 e 1.029/2008.

As propostas foram apresentadas nas audiências públicas realizadas por esta Comissão em 23/10/2008, em Itaobim; em 28/10/2008, em Ituiutaba; em 30/10/2008, em Barbacena; de 5 a 7/11/2008, em Belo Horizonte, e em 13/11/2008, em Montes Claros, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.785/2008, que dispõe sobre a revisão do referido Plano, conforme estabelece o art. 7º da Lei nº 17.347, de 16/1/2008.

Publicadas no "Diário do Legislativo" de 20, 21 e 26/11/2008, vêm agora as propostas a esta Comissão para receberem parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

As Propostas de Ação Legislativa nºs 725, 901, 905, 906, 909, 915, 916, 918, 919, 924, 927 a 931, 933, 935, 937, 941, 948, 949, 953, 954, 956, 958, 963, 964, 967, 970 a 974, 1.003, 1.012 e 1.029/2008 dizem respeito a programas que integram a Área de Resultados Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva, do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011, exercício de 2009.

As medidas propostas, a despeito de sua relevância e oportunidade, não configuram alterações compatíveis com os programas integrantes do Plano Plurianual de Ação Governamental 2008-2011, motivo pelo qual não ensejaram a apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 2.785/2008, que dispõe sobre a revisão desse Plano para o exercício de 2009.

Assim sendo, esta Comissão propõe o acolhimento das propostas em análise na forma de requerimentos de providências a serem enviados às autoridades responsáveis pela gestão dos programas da Área de Resultados Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 725/2008 na forma de requerimentos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Eros Biondini.

Parecer SOBRE A Proposta de Ação Legislativa Nº 932/2008

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 932/2008, da Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Santa Efigênia, sugere seja estabelecido, no âmbito do Programa Estruturador Lares Geraes, o direito de as pessoas receberem o imóvel se tiverem frequentado o programa durante dois anos, ainda que tenham mudado de cidade e morem de aluguel no momento em que foram contempladas.

A proposta foi apresentada na audiência pública realizada por esta Comissão nos dias 5 a 7/11/2008, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.785/2008, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, conforme estabelece o art. 7º da Lei nº 17.347, de 16/1/2008.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 21/11/2008, vem agora a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposta de Ação Legislativa nº 932/2008 diz respeito ao Projeto Estruturador Lares Geraes, que integra a Área de Resultados Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva, do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011, exercício de 2009.

A medida proposta, a despeito de sua relevância e oportunidade, não configura alteração compatível com os programas integrantes do Plano Plurianual de Ação Governamental 2008-2011, motivo pelo qual não ensejou a apresentação de emenda ao Projeto de Lei nº 2.785/2008, que dispõe sobre a revisão do plano para o exercício de 2009.

Assim sendo, esta Comissão propõe a rejeição da proposta em análise.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 932/2008.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2009.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini, relator - Carlin Moura.

Parecer SOBRE A Proposta de Ação Legislativa Nº 934/2008

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 934/2008, do Grupo Ebenézer Beneficente, sugere seja incrementado o setor apícola, com o uso de caixas móveis de alvenaria para dificultar a mobilidade e tornar mais efetiva a criação de abelhas.

A proposta foi apresentada na audiência pública realizada por esta Comissão no dia 28/10/2008, em Ituiutaba, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.785/2008, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, conforme estabelece o art. 7º da Lei nº 17.347, de 16/1/2008.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 21/11/2008, vem agora a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposta de Ação Legislativa nº 934/2008 tem o objetivo de incrementar o setor apícola mediante o uso de caixas de alvenaria, tornando mais efetiva a criação de abelhas.

A medida proposta, a despeito de sua relevância e oportunidade, não configura alteração compatível com os programas integrantes do Plano Plurianual de Ação Governamental 2008/2011, motivo pelo qual não ensejou a apresentação de emenda ao Projeto de Lei nº 2.785/2008, que dispõe sobre a revisão do plano para o exercício de 2009.

Assim sendo, esta Comissão propõe a rejeição da proposta em análise.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 934/2008.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2009.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini, relator - Carlin Moura.

Parecer SOBRE A Proposta de Ação Legislativa Nº 939/2008

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 939/2008, do Sindieleiro, sugere seja alterado o objetivo do Projeto Estruturador Minas sem Fome para "promover a segurança alimentar e nutricional de famílias mineiras e alunos matriculados na rede pública estadual, em todas as áreas de baixo IDH de Minas Gerais".

A proposta foi apresentada na audiência pública realizada por esta Comissão nos dias 5 a 7/11/2008, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.785/2008, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, conforme estabelece o art. 7º da Lei nº 17.347, de 16/1/2008.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 21/11/2008, vem agora a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposta de Ação Legislativa nº 939/2008 diz respeito à alteração do objetivo do Projeto Estruturador Minas sem Fome, que integra a área de resultado Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva.

A medida proposta, ao limitar a atuação do referido projeto às áreas de baixo IDH do Estado, tem como consequência a redução do público beneficiário do programa, por desconsiderar o fato de que mesmo em regiões mais desenvolvidas, devido às desigualdades de renda e acesso a bens públicos, fazem-se necessárias medidas de segurança alimentar.

Assim sendo, opinamos pela rejeição da proposta em análise.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 939/2008.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Eros Biondini.

Parecer SOBRE A Proposta de Ação Legislativa Nº 946/2008

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 946/2008, do Conselho de Saúde – Consep –, sugere a implementação do programa primeiro emprego.

A proposta foi apresentada na audiência pública realizada por esta Comissão nos dias 5 a 7/11/2008, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.785/2008, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, conforme estabelece o art. 7º da Lei nº 17.347, de 16/1/2008.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 21/11/2008, vem agora a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposta de Ação Legislativa nº 946/2008 pretende seja implementado o programa primeiro emprego.

Cabe destacar que, no âmbito do Programa 117 – Política pública de trabalho, emprego e renda –, está prevista a Ação 4642 – Execução da política de primeiro emprego –, a qual tem a finalidade de qualificar jovens de 16 a 29 anos, melhorando suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Assim sendo, por existir ação no PPAG com conteúdo idêntico ao da proposta em análise, opinamos por sua rejeição.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 946/2008.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Eros Biondini.

Parecer SOBRE A Proposta de Ação Legislativa Nº 952/2008

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 952/2008, da Clarosofia Núcleo Mundial – CNM –, sugere a criação de um programa no PPAG com o objetivo de erradicar a fome e promover a capacitação das famílias atendidas, para atuação no mercado de trabalho.

A proposta foi apresentada na audiência pública realizada por esta Comissão nos dias 5 a 7/11/2008, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.785/2008, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, conforme estabelece o art. 7º da Lei nº 17.347, de 16/1/2008.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 21/11/2008, vem agora a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposta de Ação Legislativa nº 952/2008 pretende seja criado no PPAG um programa destinado à erradicação da fome e à promoção da capacitação das famílias atendidas, para atuação no mercado de trabalho.

É importante salientar que existe, na carteira de programas que compõem o PPAG, o Projeto Estruturador Minas sem Fome, bem como outras iniciativas voltadas para o alcance do objetivo visado pelo programa proposto.

Assim sendo, por não haver inovação ao PPAG em vigor, opinamos pela rejeição da proposta em análise.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 952/2008.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2009.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini, relator - Carlin Moura.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.424/2009

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Proteção dos Animais de Caxambu, com sede no Município de Caxambu.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.424/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Proteção dos Animais de Caxambu, com sede no Município de Caxambu, que tem como finalidade zelar pelo estreito cumprimento das leis pertinentes à proteção da fauna, coibindo atos de abuso e crueldade.

Para alcançar suas metas, colabora com os órgãos públicos e entidades privadas na promoção do bem-estar dos animais domésticos, cativos ou silvestres; oferece abrigo, alimentação e assistência médica a animais abandonados; desenvolve em conjunto com os poderes municipal, estadual e federal programas de prevenção contra as doenças que transmitem; fiscaliza e toma medidas jurídicas com referência a infratores que desrespeitam as leis de proteção à fauna.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.424/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2009.

Gil Pereira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.746/2009

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Movimento Pró-Cultura, com sede no Município de Muriaé.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.746/2009 pretende declarar de utilidade pública o Movimento Pró-Cultura, com sede no Município de Muriaé, que tem como finalidade despertar o interesse da comunidade pela cultura, desenvolvendo ações concretas para a conscientização e a divulgação sobre a importância do saber para o bem-estar das pessoas.

Com esse propósito, defende os direitos humanos e o pleno exercício da cidadania, com atenção especial para as classes mais carentes; promove eventos voltados para educação, artes, música e formação de opinião, para aprimorar o nível cultural da população; busca a integração com outros movimentos sociais; e recomenda práticas de cooperação para a conservação dos recursos da natureza, em defesa do meio ambiente.

Pela importância do trabalho desenvolvido pelo Movimento Pró-Cultura, consideramos meritória sua declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.746/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2009.

Paulo Guedes, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/10/09, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Cristiane dos Santos Antão Lara para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2009

Objeto: confecção de condecorações e plaquetas de metal. Pregoaante vencedora: Metalúrgica Panelli Ltda. - EPP.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

Termo de Contrato

Cedente: Município de Limeira do Oeste. Cessionária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 24 meses a partir de 17/4/2009. Licitação: inexigível, conforme o art. 25, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ONG Reviver. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensada, conforme o art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 7/10/2009, na pág. 50, col. 3, sob o título "Gabinete do Deputado Zezé Perrella", onde se lê:

"Paula Isoni Fialho", leia-se:

"Paula Isoni Fialho de Carvalho".